

Migração, Absorção de Mão-de-Obra e Distribuição de Renda

Fausto Alves de Brito(*)
Thomas Merrick(*)

1 — INTRODUÇÃO

Argumenta-se (cf. ECLA, 1961; Turnham, 1971; Bairoch, 1973) que o desequilíbrio entre a expansão industrial e o rápido crescimento da força de trabalho urbana, por meio de crescimento natural e fluxos migratórios, os quais têm sido estimulados por perspectivas de emprego no setor industrial, não inteiramente realizáveis, tem causado um desemprego generalizado e baixa produtividade de uma grande proporção da população urbana economicamente ativa dos países em desenvolvimento, com a conseqüente marginalização desses grupos. Paralelamente a esta, o aumento na desigualdade da distribuição da renda que havia se verificado em países como o Brasil sugere que tal marginalização seja um efeito necessário do estilo de industrialização.

Juntamente com esta baixa absorção de mão-de-obra no setor industrial e o rápido crescimento urbano, tem ocorrido uma rápida expansão da proporção de trabalhadores urbanos empregados no setor não-manufatureiro da economia urbana,

(*) Os autores são professores do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais.

incluindo-se o conjunto bastante heterogêneo de atividades conhecidas como o setor terciário ou de serviços. É ilustrativa uma comparação dos dados sobre a distribuição da força de trabalho brasileira pelos setores mais importantes em 1950 e 1970 (vide a Tabela 1.1). O segmento não-agrícola da força de trabalho aumentou sua participação de 42 pra 57% do total durante esse período de vinte anos. A maior parte deste aumento ocorreu nas atividades não-manufatureiras. No setor manufatureiro, a proporção aumentou de 9,6 para 11,4%, porém, mais da metade desse aumento se deu junto aos empregos burocráticos e auxiliares do setor. Os aumentos mais importantes ocorreram na construção civil, nos serviços domésticos e pessoais, no comércio e no meio financeiro, nas atividades sociais, nas profissões liberais e na categoria "outras". O aumento da proporção de professores e do serviço doméstico é um reflexo do aumento da participação das mulheres na força de trabalho urbana. Embora transportes e comunicações não tenham aumentado sua proporção, observou-se uma mudança de composição na crescente participação do segmento de veículos motorizados.

Os dados sugerem que uma maior parte da absorção da força de trabalho urbana, nesse período de vinte anos, concentrou-se em atividades não-manufatureiras, conquanto a diversidade das mudanças aqui observadas levante dúvidas quanto à generalização, segundo a qual, esse fato tenha dado origem ao subemprego e à baixa produtividade de uma grande proporção da força de trabalho urbana. O desemprego registrado é muito baixo (2% no censo). É difícil encontrar um único método para medir o subemprego. A proporção da população ativa não-agrícola, trabalhando 39 horas ou menos, ficou nos 9% para homens e 24,5% para mulheres. Levando-se em conta o trabalho de meio expediente para mulheres (principalmente professoras), estas proporções se mostram baixas, em comparação ao que se poderia esperar em condições de subemprego generalizado. O baixo nível de renda é, frequentemente, considerado um indicador de baixa produtividade no emprego, e, se utilizarmos como ponto de referência, a proporção da população ativa urbana (não-agrícola) que ganha menos do que um salário mínimo, considerando Cr\$ 150,00 por mês (cerca de US\$ 30), a média nacional, os dados censitários revelam maiores proporções tanto para as mulheres como para os homens, bem como uma variação substancial entre as classes ocupacionais (vide Tabela 1.2).

A média é de 20% para homens e 54% para mulheres. Em relação aos homens, as categorias mais importantes de absorção da força de trabalho da Tabela 1.1 (construção, comércio, serviços domésticos e pessoais) revelam proporções de trabalhadores de baixa renda substancialmente mais altas do que as outras categorias. O trabalho de meio expediente e os serviços domésticos e pessoais pesam bastante na alta proporção de mulheres com baixo nível de renda. No caso dos serviços domésticos, as rendas registradas não incluem alojamento e alimentação e sua inclusão estreitaria o diferencial entre os serviços domésticos e pessoais e as categorias como manufaturas e comércio, nas quais grandes proporções recebem baixa renda, sem qualquer remuneração não-monetária. Os baixos níveis de renda são considerados indicadores de baixos níveis de qualificação e baixa produtividade relativa destas categorias. Todavia não constituem, necessariamente, sinais de subemprego ou má alocação da força de trabalho, se a mão-de-obra nelas absorvida for, de início, não-qualificada, tal como o significariam, no caso em que estas ocupações representassem os principais pontos da absorção de mão-de-obra da economia urbana.

Há uma tendência no sentido de se considerar toda absorção de mão-de-obra não manufatureira um tipo de transbordamento do excesso de migração rural-urbana, não necessária ao setor manufatureiro. Esse ponto de vista não faz a devida justiça ao papel positivo que os setores não-manufatureiros desempenha na absorção de mão-de-obra, nem a sua contribuição para o processo de crescimento econômico. Ramos (1970) interpreta este ponto de vista, de forma simplificada, como a combinação da hipótese de Clark-Fisher sobre o crescimento setorial relativo e o modelo de Eckaus de desemprego devido às proporções fatoriais: a população do pós-guerra nas cidades da América Latina cresceu rapidamente em oposição à limitação do emprego e à expansão do setor industrial com proporções fatoriais fixas, sendo, então, impelido para o emprego menos produtivo do setor terciário. Este último é considerado prematuro e excessivo nesse estágio de desenvolvimento, se compararmos com as taxas relativas de aumento entre o emprego dos setores secundário e terciário experimentadas, no século XIX, pelos países atualmente desenvolvidos. A absorção da força de trabalho do setor terciário é excessiva no que se refere ao fato de que precedeu, ao invés de seguir, à expansão do setor secundário, incluindo-se

a porção da força de trabalho advinda das atividades do setor primário que não tinha para onde ir.

Esse modelo pode ser criticado em razão de seus pontos de vista relativos a ambos os setores. A substitutibilidade dos fatores no setor manufatureiro é muito maior do que está implícito nas proporções fixas. Além disso, a existência de modernas tecnologias importadas e intensivas de qualificação técnica não pode e não está sendo ignorada nas políticas de expansão industrial dos países em desenvolvimento, especialmente se levarmos em conta suas relações comerciais com os países desenvolvidos.

TABELA 1.1
DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO ATIVA
POR SETOR, 1950 E 1970
BRASIL

	1950	1970
Agricultura	57.8	42.6
Extrativos	2.8	2.3
Transformação		
a) ocupação da produção	7.4	8.2
b) ocupações burocráticas, etc.	2.2	3.2
Construção Civil	3.4	5.8
Serviços		
a) domésticos	3.9	5.9
b) outros	5.8	6.4
Comércio e Finança	6.3	9.2
Transporte e Comunicação		
a) veículos motorizados	1.3	2.7
b) outros	2.8	1.5
Atividades sociais		
a) professores	1.3	3.1
b) outros	1.3	1.9
Atividades sociais		
Administração Pública, Defesa	3.0	3.9
Profissões liberais, outros	7	3.3

FONTE: Censos demográficos, 1950 e 1970.

As tipologias de desenvolvimento por estágios podem levar a enganos na avaliação da expansão do emprego no setor terciário. O próprio nome se revela um tanto artificial, no que diz respeito à expansão do emprego no setor de serviços que preceda ao crescimento do setor secundário. Bauer e Yamey criticaram a aplicação de tipologias de desenvolvimento por estágios às experiências dos países em desenvolvimento, pois elas produzem a enganosa impressão de que os serviços são menos necessários nos estágios iniciais do desenvolvimento e que a força de trabalho nelas aplicadas está, em consequência, mal alocada (1951). Utilizando-se de critérios de eficiência de recursos, a força de trabalho absorvida no setor terciário somente estaria mal-alocada se se pudesse deslocá-la para algum outro setor, sem qualquer perda na produção total. Que isso possa acontecer, dados os níveis de qualificação e tecnologias existentes, constitui uma pergunta em aberto. Não se pretende negar o baixo nível de renda e de produtividade dessa força de trabalho, mas simplesmente, que ela esteja sendo mal-alocada.

1.1. — Modelos de Absorção de Mão-de-Obra

Modelos econômicos recentes de processo de absorção da força de trabalho urbana têm caracterizado o papel das atividades do setor não-manufatureiro como uma área “tampão” no processo de transferência da força de trabalho da agricultura para a indústria. O modelo de Todaro — Harris (1970) caracteriza a migração da força de trabalho como um processo de dois estágios, nos quais o trabalhador rural não-qualificado, que migra para uma área urbana, permanece por um certo período de tempo no setor “tradicional urbano”, transferindo-se, eventualmente, para um emprego mais permanente no setor moderno. O modelo dá lugar a várias indagações. A primeira delas é, mais uma vez, descritiva: exatamente que atividades compõem o setor tradicional e como elas absorvem a força de trabalho, especialmente quando as comparamos com o grupo moderno, no que se refere a idade, sexo, educação, renda e o status dos trabalhadores como migrantes. Determinar se essas atividades realmente funcionam como estágios de transição, ou se essa absorção não é, na realidade, uma coisa mais permanente, constitui uma outra hipótese. Finalmente, tipificam-se implicitamente estas atividades como redundantes, deixando entrever em relação a elas uma má-alocação da força de tra-

balho com base nos critérios de eficiência econômica, o que pode ser, temporariamente, justificado em termos econômicos, mas não necessariamente de justiça social pelo papel de tampão que elas desempenham, porém não deixando implícita qualquer contribuição direta destas atividades para a economia.

Tanto Todaro quanto Harberger (1971) enfatizam o mecanismo de preços de fatores dos mercados de trabalho urbanos, nos quais a oferta nutrida pela migração e crescimento natural excede à demanda gerada pela expansão industrial. Em ambos os modelos o mercado é equilibrado (deixando-se pequena margem de desemprego, mas um subemprego potencialmente substancial) pelo emprego em atividades que oferecem um salário menor do que o do setor moderno, mas suficientes para evitar a volta dos migrantes ao emprego rural. Harberger argumenta que o salário do setor não-protetido, onde predomina o trabalho não amparado por leis trabalhistas e por contratos salariais, e o que melhor se aproxima do preço de oferta de trabalho. Como dissemos antes, o primeiro passo a ser dado na análise do processo de equilíbrio do mercado residiria em identificar exatamente que parte do mercado de trabalho urbano não-manufatureiro (e, talvez, que parte do setor manufatureiro) representa o setor não protegido.

1.2. — Testes Empíricos da Hipótese do Setor Tradicional

Usando, como medida, os dados censitários da Tabela 1.2, relativos às proporções da população urbana ativa que percebe menos de um salário mínimo, chegaríamos ao resultado de que cerca de um quinto dos homens e mais da metade das mulheres, empregados em atividades urbanas no Brasil em 1970, se encontravam no setor não protegido e tradicional descrito acima, embora os critérios de salário mínimo não sejam, por si sós, apropriados para identificar completamente tais segmentos do mercado de trabalho. Poder-se-ia esperar, com essas proporções, encontrar uma proporção mais alta de migrantes em tais empregos no Brasil.

Dois recentes estudos sobre migração no Brasil (o primeiro, feito por Lorene Yap, utilizando-se de uma amostragem dos dados do Censo de 1960 e o outro, por Milton da Mata et al., utilizando-se de uma amostragem semelhante do Censo de 1970) não encontraram tal concentração. Yap concluiu que os mi-

TABELA 1.2

**PORCENTAGEM DA POPULAÇÃO ATIVA COM
SALÁRIO MENOR DE UM SALÁRIO MÍNIMO*,
POR GRUPO OCUPACIONAL E SEXO, 1970 — BRASIL**

Grupo Ocupacional	Homens	Mulheres
Administrativo	10.1	14.0
Técnica	7.5	24.5
Transformação	17.3	54.5
Construção	38.8	49.6
Comércio	31.6	41.8
Transporte e Comunicação	14.7	13.4
Serviços Domésticos	34.3	86.6
Outros Serviços	33.5	80.0
Defesa	16.5	8.3
Outros	21.2	34.7
Total Urbano (não-agrícola)	20.2	54.3

*NOTA: 150 cruzeiros (cerca de \$30)

FONTE: Censo Demográfico, 1970.

grantes não-qualificados não se encontravam em maior número, no setor urbano tradicional, do que os não-migrantes não-qualificados e que não havia maior número de trabalhadores não qualificados e de baixa renda no setor urbano tradicional do que na indústria moderna e nos serviços modernos, em 1960, da Mata et al. tirou conclusões semelhantes dos dados de 1970.

Os resultados são surpreendentes, tendo em vista o que esses modelos sugerem em relação à função do setor tradicional, ou seja, um absorvedor da força de trabalho. Várias explicações nos vêm à mente. Uma delas é a de que a migração não constitui um fator tão importante da oferta da força de trabalho urbana, assim como sugerem os modelos, apesar de que isso seja difícil de se admitir, em vista do papel que a migração desempenha no aumento total da população urbana, no qual os migrantes representam mais de 50% do total

da população de Belo Horizonte e perto de 70% da população em idade de trabalho. Uma segunda possibilidade seria a de que ambos os estudos analisam a migração no contexto nacional, e que os não-migrantes incluem os que não migraram bem como a população urbana nativa, com quem os migrantes realmente competem em termos de obtenção de empregos. Neste caso, seria útil atentar para um mercado de trabalho específico e avaliar como o processo de absorção nele funciona, ao invés de avaliá-lo como a média nacional de migrantes vs. não-migrantes.

Uma terceira explicação, sugerida por estes autores, é a de que o processo migratório se revela muito mais complexo do que a imagem fazenda-fábrica, implícita nos pressupostos simplificadores de muitos modelos. Esta também foi a conclusão a que chegaram estudos sobre determinadas áreas urbanas como a de Santiago, Chile (Herrick, 1965) e o de Monterrey, México (Balán et al., 1973), bem como o trabalho da CELADE sobre várias grandes cidades da América Latina (cf. Introdução, Elizaga, 1970). Caracterizou-se, em relação a Santiago, a migração por estágios e o deslocamento do campo para a cidade pequena e daí para a cidade grande efetuado em duas gerações, fato que ajudou a explicar a bem sucedida absorção de não-nativos em sua economia. Nem Elizaga nem Herrick encontraram maior desemprego entre os migrantes. Mesmo quando proporções substanciais de migrantes se originavam do campo, como em Monterrey, não se descobriu qualquer marginalização séria. O estudo de Monterrey chama a atenção para o papel de adaptador, desempenhado pelo que denominamos acima de emprego do setor urbano tradicional, no processo de absorção da força de trabalho (p. 320).

O mercado de trabalho da área metropolitana de Belo Horizonte oferece uma oportunidade especial para o estudo da absorção da força de trabalho das atividades urbanas não-manufatureiras. Essa área experimentou considerável aumento populacional nas duas últimas décadas (taxa média anual acima de 6%), do qual 60% resultaram da migração e, apenas, um quinto da população ativa da área está ligada à indústria manufatureira. Isso representa um quadro ideal para um estudo de absorção da mão-de-obra nas atividades não-manufatureiras e do papel, nesse processo, do emprego no setor não organizado ou desprotegido.

Dois conjuntos de dados que permitiriam tal estudo foram fornecidos recentemente. Foram agora publicados os resultados finais do censo populacional de 1970 e estão sendo formuladas tabulações especiais dos dados referentes à força de trabalho da área metropolitana, os quais mostram a distribuição setorial e ocupacional da força de trabalho por idade e sexo, origem do migrante e tempo de residência, renda e educação. Além disso, foi elaborada, em novembro de 1972, uma amostragem da força de trabalho da área metropolitana, utilizando-se uma abordagem limitada da história da vida ocupacional, semelhante ao que foi mencionado nos estudos da CELADE acima citados.

Especial atenção se deu à elaboração do questionário, a fim de assegurar a obtenção de detalhadas informações acerca da estrutura do mercado de trabalho, necessárias para a determinação e avaliação do papel do emprego no setor não-manufatureiro na expansão da economia da área metropolitana. Além das questões costumeiras acerca da ocupação e do tipo de produto ou serviço produzido pela atividade particular de cada indivíduo, formularam-se questões de maior profundidade, concernentes à posição do indivíduo no mercado de trabalho. Tal procedimento foi adotado após se determinar que certas questões seriam relevantes apenas para certos tipos de atividades. Por exemplo, a pergunta acerca do local de trabalho é uma variável muito importante para se avaliarem certos tipos de atividades autônomas, mas é de pouca valia quando dirigida a empregados de grandes empresas. A posição dentro da empresa é relevante em relação a tais empregados, mas não em relação a trabalhadores autônomos. Foram formuladas questões relativas às condições de trabalho (horas de trabalho, local de trabalho, instrumentos utilizados, etc.), às contribuições para os sistemas de previdência social, a como se obteve o emprego, às condições de pagamento, etc., que fossem relevantes para cada grupo. Formularam-se para todos os chefes de família questões relativas à renda, atividades secundárias, inatividade e a todas as características sociais e econômicas tais como educação, status migratório, idade e sexo.

Está em andamento a análise dos conjuntos de dados acima descritos. É possível apresentar, a esta altura, alguns resultados preliminares do trabalho. As páginas seguintes buscam responder às seguintes questões acerca da migração e da absorção da força de trabalho em Belo Horizonte:

- i. Qual é o papel da migração no crescimento populacional da área metropolitana; quem são os imigrantes e de onde provêm; por quanto tempo têm residido na área metropolitana?
- ii. Existe um setor urbano tradicional na economia da área metropolitana? Caso exista, funciona esse setor como um estágio de transição para os imigrantes que a ela chegam?
- iii. A mão-de-obra consegue ser absorvida na economia da área metropolitana, ou existe um setor marginal em que permanecem aqueles que não conseguem encontrar um emprego "produtivo"?

2 — MIGRAÇÃO PARA BELO HORIZONTE

É essencial, para a implementação do processo de absorção da força de trabalho, a compreensão da relação entre a migração e o crescimento e estrutura da área metropolitana. É propósito desta seção examinar algumas das principais características da migração para a área metropolitana de Belo Horizonte, que é formada pelo município de Belo Horizonte e por 13 municípios circunvizinhos. A população de Belo Horizonte constituía, em 1970, 77% do total de 1.605.306 habitantes da área metropolitana.

A Tabela 2.1 mostra dados resumidos sobre a população migrante da área metropolitana. Estes dados provêm de tabulações especiais do censo populacional de 1970 relativas à área metropolitana. Revelam que metade da população da área, em 1970, se originava de municípios que não os de residência atual. A proporção é um pouco mais alta em relação às mulheres. Esta proporção ultrapassa a dois terços, se se considera a população adulta (idade de quinze anos ou mais). Em relação à origem, os imigrantes da área metropolitana provêm, predominantemente, do Estado de Minas Gerais.

O censo não contém informações que indiquem se o lugar de nascimento é rural ou urbano, porém informa acerca do último lugar de residência. Cerca de 85% dos imigrantes são naturais de Minas e residiram em alguma cidade antes de

virem para o município de residência atual. Os imigrantes rurais e os de outros estados representam 4 e 10 por cento respectivamente. Interpretando-se a alta proporção de imigrantes urbanos, devemos ter em mente a generosa definição constante do censo do que seja um centro urbano. Havia 1342 cidades e vilas em Minas Gerais, cuja população se conside-

TABELA 2.1

SUMÁRIO DOS DADOS SOBRE MIGRAÇÃO DA
ÁREA METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE,
POR SEXO

	Total	Homens	Mulheres
1 — População Total	1605306	773006	832300
Migrantes	809106	380099	428107
Porcentagem migrante	50.4	49.2	51.4
2 — População, 15 anos e mais	966934	453308	513626
migrantes	655555	304278	351277
Porcentagem migrante	67.8	67.1	68.4
3 — Distribuição dos migran- tes, 15 anos e mais, por origem (porcentagem)			
Minas Gerais ^a , Urbano ^b	85.4	83.8	86.7
Minas Gerais ^a , Rural ^b	4.3	4.9	3.8
Outros Estados ^a	10.3	11.3	9.5
4 — Distribuição dos migran- tes, 15 anos e mais, por tempo de residência: (porcentagem)			
0 — 5 anos	32.6	32.8	32.5
6 — 10 anos	18.2	18.4	17.9
11 anos e mais	49.2	48.7	49.6

NOTAS: a — lugar de nascimento
b — residência anterior

FONTE: Censo Demográfico

rava urbana em 1970. Destas, 928 tinham populações inferiores a 2.000 pessoas — representando aproximadamente 15% da população urbana registrada no resto do Estado. Apesar desse possível viés, estes resultados também sugerem que a migração por estágios (com outras áreas urbanas em Minas Gerais constituindo importantes fases intermediárias) tem constituído um aspecto importante da migração para a área metropolitana.

A Tabela 2.2 mostra a distribuição, por idade, dos migrantes da área. Aproximadamente 45% desses imigrantes pertencem a grupos etários entre 15 e 34 anos, representando 20% cada os grupos etários de 0 a 14 e 35 a 49 anos. Se considerarmos apenas os recém-migrados, a importância do grupo etário de 0 a 14 anos aumenta e a do grupo de 35 a 49 anos diminui. A correspondência entre as proporções de 0 a 14 e de 15 a 34 anos de idade, entre os recém-migrados, é causada pela migração de crianças junto a seus pais.

A sua cronologia e a origem dos migrantes são importantes para determinar a contribuição da migração para o crescimento da população da área metropolitana. Menos de um

TABELA 2.2
DISTRIBUIÇÃO DOS MIGRANTES POR IDADE E
SEXO, TODOS OS MIGRANTES E
MIGRANTES RECENTES

Migrantes				Migrantes Recentes (0 — 5 Anos)		
Idades	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
0 — 14	19.0	20.2	17.9	33.5	34.9	32.1
15 — 24	23.6	22.8	24.4	29.4	27.4	31.2
25 — 34	20.5	20.8	20.1	18.0	18.4	17.7
35 — 49	21.1	21.3	20.9	12.2	12.7	11.8
50 — 64	11.4	11.0	11.8	5.3	5.2	5.5
65 +	4.4	3.9	4.9	1.6	1.4	1.7

FONTE: Censo.

terço dos migrantes moravam, há menos de cinco anos, no município de residência atual e mais da metade migrou durante a última década. Entretanto, nem todos esses migrantes contribuíram para o aumento líquido da população da área metropolitana, entre 1960 e 1970, uma vez que parte desses migrantes terá transferido sua residência entre os municípios pertencentes à área metropolitana. Devemo-nos lembrar do fato de que o censo define, como migrante, a pessoa que resida em um município no qual não tenha nascido.

Os dados da amostragem nos permitem definir como migrantes tanto os que tenham migrado entre os municípios ou somente os que tenham migrado para a área metropolitana, provenientes de fora dela. A Tabela 2.3 mostra uma comparação da proporção de migrantes pertencentes aos grupos etários situados entre 14 e 64 anos, utilizando-se de definições alternativas. A tabela mostra 67% de homens em idade de

TABELA 2.3

COMPARAÇÃO DAS PORCENTAGENS DOS
MIGRANTES POR IDADE, POR DEFINIÇÃO
DE MIGRANTE, POR SEXO

Idades	Homens		Mulheres	
	Município	Área	Município	Área
14 — 24	54.2	47.1	56.9	50.9
25 — 34	70.3	62.2	70.3	67.3
35 — 49	81.3	78.2	74.8	74.8
50 — 64	84.3	77.4	78.7	77.2
14 e mais	67.1	62.5	68.4	64.1

FONTES: Censo e amostra.

15 a 64 anos, como migrantes, pela definição inter-municípios, e 63%, se se consideram apenas as mudanças para a área metropolitana. As porcentagens correspondentes para as mulheres são 68 e 64 por cento. A diferença entre os dois conceitos nas

idades mais jovens (15 a 34, que inclui os migrantes mais recém-chegados) sugere que a migração de 14% dos migrantes masculinos da faixa de 15 e 34 anos de idade e 8% das migrantes femininas foi realmente **dentro** da área metropolitana. A proporção de migrantes na população aumenta com a idade, o que é de se esperar, devido à relativamente recente fundação da cidade. A diferença entre as proporções de migrantes, segundo as definições alternativas (isto é, a proporção da população que migrou dentro da área metropolitana) diminui com a idade, sugerindo que o processo de redistribuição populacional está crescendo recentemente.

A Tabela 2.4 fornece maiores detalhes a respeito da origem dos migrantes, os quais se acham distribuídos entre quatro categorias:

TABELA 2.4
DISTRIBUIÇÃO DOS MIGRANTES* POR ORIGEM,
POR IDADE E SEXO

Homens:	Área Metropo- litana	Regiões Vizinhas	Resto de Minas e Outros Estados
14 — 24	13.1	22.8	64.1
25 — 34	14.7	24.3	61.0
35 — 49	3.9	31.3	64.8
50 — 64	6.7	33.5	59.8
14 e mais	9.9	28.6	61.5
Mulheres:			
14 — 24	10.5	22.5	67.0
25 — 34	4.3	27.8	67.9
35 — 49	0.0	30.2	69.8
50 — 64	1.5	35.2	63.3
14 e mais	4.5	27.7	67.8

*NOTA: — Migrante definido como não nativo do município de residência.

FONTES: Censo e amostra.

- i. os que migraram dentro da área metropolitana;
- ii. os que migraram para a área metropolitana, provenientes de regiões vizinhas, situadas dentro de um raio de aproximadamente 100 quilômetros;
- iii. os que migraram de outras partes do Estado de Minas Gerais; e
- iv. os que migraram de outros estados.

Além dos 10% de migrantes masculinos, entre 14 e 64 anos, que migraram dentro da área metropolitana, outros 29% migraram de regiões vizinhas, 62%, de outras áreas do Estado de Minas Gerais e de outros estados. A proporção de migrantes, tanto masculinos quanto femininos, provenientes de regiões vizinhas é menor em idades mais jovens e aumenta com a idade. Na população feminina, 5% dos migrantes migraram dentro da área metropolitana, 28% das regiões vizinhas e 68% das áreas mais distantes.

Os dados censitários relativos ao tempo de residência, constantes da Tabela 2.1, são úteis para se conhecer a contribuição dos movimentos migratórios para o crescimento populacional da área metropolitana. Aproximadamente um terço dos migrantes morava há cerca de cinco anos ou menos no município de residência, à época do censo, e cerca de 50% migraram ao longo da última década. Os dados do levantamento revelam que 11% dos migrantes da faixa etária entre 14 e 34 anos migraram dentro da área metropolitana e sugerem que mais ou menos 10% da população migrante da faixa de 0 a 14 anos de idade também migraram com seus pais, uma vez que esta é a proporção das faixas de 14 a 34 anos, que migrou dentro da área metropolitana e uma vez que a proporção de jovens migrantes é bastante semelhante à proporção daqueles grupos etários. Estes dados nos permitem estimar em 420.000 migrantes (líquidos) a contribuição dos fluxos migratórios para o aumento populacional da área, de 716.984 habitantes, entre 1960 e 1970, ou seja, cerca de 60% do aumento populacional.

O fato de que a categoria “migrante” não é tão homogênea quanto pode parecer à primeira vista é uma importante

conclusão deste estudo. Há, pelo menos, três diferentes grupos de migrantes, que exigem análises distintas destes dados: os que migraram somente dentro da área metropolitana, os que migraram de regiões vizinhas e os de origens mais distantes. Como se poderá notar mais adiante, as diferenças “migrante-nativo” variam, segundo o grupo examinado. No restante de nosso trabalho, restringimos nossa exposição em torno de migrantes aos que se tenham transferido de fora da área metropolitana, categorizando, por conseguinte, como “nativo” o primeiro grupo acima referido.

3 — O SETOR URBANO TRADICIONAL DE BELO HORIZONTE

Até que ponto realmente existe na área metropolitana de Belo Horizonte um setor urbano tradicional, como o que foi descrito na introdução deste trabalho, e que papel desempenha na absorção dos migrantes na força de trabalho da área? Esta seção examinará as atividades da população em idade de trabalho por status migratório, tentará identificar tal setor, caso exista, bem como determinar seu papel no processo de absorção da força de trabalho.

Os dados censitários sobre a atividade econômica dos migrantes e nativos revela a importância que assume a participação dos migrantes na população ativa da área. A Tabela 3.1 mostra proporções baseadas em tabulações especiais do censo, relativas aos nativos e aos migrantes em Belo Horizonte, por tempo de residência. No total da população com a idade de 10 anos ou mais, 61% dos homens e 63% das mulheres são migrantes, ao passo que, em relação à população ativa, 68% dos homens e 71% das mulheres são migrantes — o que reflete a alta taxa de participação dos migrantes em atividades econômicas. Com relação aos homens, os migrantes antigos ostentam a mais alta taxa de participação, e as taxas relativas a todos os migrantes são mais altas do que a dos nativos. A idade constitui um dos fatores dessa situação. Na verdade, para que se possam manter desde o momento em que chegam, os migrantes muito recentes procuram emprego em maiores

proporções do que o resto da população, porém a população nativa de Belo Horizonte bem como os migrantes de pouco tempo (até dez anos de residência) são também mais jovens do que os migrantes antigos. As pessoas mais jovens ostentam menores taxas de participação em atividades econômicas e maiores taxas em outras atividades, especialmente educação, se as compararmos com pessoas mais idosas. Os migrantes recentes têm, entre as mulheres, a mais alta proporção de ativos. Há maior proporção de migrantes femininos nos grupos etários de 10-19 anos e, ao chegar, as mulheres procuram por emprego (especialmente o serviço doméstico) em proporção maior do que a dos homens.

A Tabela 3.1 mostra os nativos e os migrantes por setor de atividade. Com relação aos migrantes, especialmente os recentes, há uma tendência de maior participação do que com relação aos não migrantes em certas atividades (especialmente, construção civil para os homens e serviços pessoais e domésticos para as mulheres) e de menor participação em outras atividades (especialmente, em serviços de infra-estrutura como saúde, educação e serviço público). Os dados, ao mesmo tempo que sugerem que as atividades exercidas pelos migrantes desempenham papel mais importante na absorção da mão-de-obra migrante do que as outras atividades, não evidenciam a concentração de migrantes nessas atividades, com exceção, talvez, dos migrantes femininos no setor de serviços. Entretanto, de fato mostram que os migrantes conseguem, com o tempo, alcançar um perfil de atividades bastante semelhante ao dos não migrantes.

Isto se torna evidente, se examinarmos as diferenças da participação dos migrantes e nativos no setor tradicional urbano. Podemos definir esse setor de vários modos, utilizando os dados de que dispomos sobre Belo Horizonte. Yap e Da Mata fizeram uso de uma definição setorial do setor tradicional que incluía setores de atividades tais como cons-

trução civil, comércio e serviços. A Tabela 3.2 mostra dados sobre a participação migrante-nativo no setor tradicional por tempo de residência e sexo, levando em conta a definição setorial. As atividades primárias foram excluídas das porcentagens. Além disso, as atividades tradicionais são apresentadas com base no critério de remuneração, o qual toma o salário mínimo como ponto de divisão. Por fim, combinamos as definições por setor e por remuneração, com a finalidade de encontrar um terceiro conjunto de porcentagens do setor tradicional.

Os migrantes masculinos e femininos têm maior participação do que os nativos no setor tradicional se o definirmos por atividade. Os migrantes recentes mostram proporções até mesmo mais altas, o que contrasta com os achados de Yap e Da Mata. O fato de esses dados se referirem a um determinado mercado de trabalho, ao contrário da fundamentação mais agregativa das comparações daqueles autores, pode explicar as diferenças. Entretanto, as proporções das atividades tradicionais, assim consideradas com base nesse critério, são altas em todos os grupos e, sem dúvida, esse critério constitui uma indicação bastante aproximada das atividades tradicionais. Tanto o comércio quanto os serviços possuem componentes modernos e a “outra” categoria, que pertence ao grupo moderno, inclui grande número de ocupações “mal definidas” e, provavelmente, tradicionais. Esse problema é menos sério com relação às mulheres, porque o emprego feminino se concentra em duas áreas: serviços domésticos e públicos, que são diferenciados pelo critério de atividades. Com relação às mulheres, os resultados baseados no critério de atividades se mostram muito consistentes com a análise baseada na remuneração, a qual também evidencia proporções de migrantes recentes substancialmente mais altas do que de nativos ou de residentes de mais tempo no setor tradicional.

As diferenças migrante-nativo relativas aos homens, sob o ponto de vista da remuneração, não são consistentes com os resultados baseados no critério de atividades. Há uma proporção mais alta de nativos do que de migrantes ganhando menos de um salário mínimo, embora os migrantes recentes ainda mostrem maior participação, se nos orientarmos por esse critério.

TABELA 3.2
PORCENTAGEM DA POPULAÇÃO ATIVA EMPREGADA NO SETOR URBANO TRADICIONAL*
POR SEXO, STATUS MIGRATÓRIO E IDADE

Definição	HOMENS					MULHERES				
	Total	Nativos	Migrantes	Residentes A Longo Prazo	Recém-Chegados	Total	Nativos	Migrantes	Residentes A Longo Prazo	Recém-Chegados
	1. Setores	43.8	40.0	45.4	43.0	49.2	61.8	54.7	64.6	56.9
2. Salário Mínimo	28.2	32.2	26.3	19.5	38.9	58.4	54.9	64.4	54.6	82.0
3. Combinação de 1 e 2	14.3	14.3	14.3	10.3	21.6	51.4	44.1	54.4	43.9	72.5
4. Salário Mínimo por idade										
1. 10 — 19	78.2	76.7	76.6	74.9	78.7	90.0	86.8	91.6	86.0	95.1
2. 20 — 29	26.2	26.8	25.9	23.2	33.2	59.2	50.8	63.2	56.0	72.6
3. 30 — 39	16.9	16.3	17.1	13.3	23.7	49.2	41.9	51.8	47.0	68.8
4. 40 +	17.8	16.6	18.1	13.9	29.7	53.5	47.6	54.9	51.5	70.6

* — Exclui atividades primárias.

A definição combinada é mais restritiva em relação a ambos os sexos, mas, por outro lado, revela que os grupos caracterizados por atividades e por remuneração são mais consistentes em relação às mulheres do que aos homens. Os migrantes recém-chegados continuam a constituir proporções mais altas em atividades tradicionais.

Distribuições diferenciais de idade relativas à população migrante e nativa explicam as inconsistências dos resultados concernentes aos homens. Grupos etários mais jovens, com remunerações médias inferiores, têm maior peso na média dos nativos: 51% dos adultos nativos se situavam na faixa dos 10-19 anos, em comparação com os 21% dos migrantes. Isso posto, fica claro que, ao mesmo tempo que é importante para a explicação dos diferenciais de salários dos migrantes, o tempo de residência interage com a idade. Os mais velhos, com mais tempo de residência, ganham melhor que os migrantes mais jovens, recém-chegados. No que se refere às idades mais jovens, a proporção dos que ganham menos de um salário mínimo é alta, tanto em relação aos migrantes quanto aos nativos. Por outro lado, os recém-chegados de mais idade, um grupo comparativamente pequeno, se encontram em situação relativamente pior em relação aos nativos e residentes mais antigos que os jovens recém-chegados. Os diferenciais entre os recém-chegados e os outros, das proporções que ganham menos que um salário mínimo, aumentam com a idade.

A Tabela 3.3 procura ilustrar o processo de absorção pela comparação, entre a proporção de migrantes e nativos, cujo primeiro emprego tenha sido no setor tradicional (pela definição setorial), e a proporção destes indivíduos, cujo emprego atual ainda seja naquele setor. Cerca de 50% desses empregados, nativos e migrantes, registraram o primeiro emprego no setor tradicional. Proporcionalmente, um menor número de nativos que de migrantes permanece nele. Há um nítido decréscimo da proporção dos migrantes, com tempo de residência, que permanecem no setor. A única geração de migrantes que mostra uma proporção bastante alta de primeiros empregos no setor tradicional é a dos que chegaram no período compreendido entre 1960 e 1964, talvez em razão do amortecimento da expansão do emprego no setor moderno em virtude da recessão daqueles anos.

TABELA 3.3

PROCESSO DA ABSORÇÃO DE MÃO-DE-OBRA NO SETOR TRADICIONAL

	Proporção com Primeiro Emprego na Área Metropolitana no Setor Tradicional	Proporção destas Pessoas com Emprego Atual no Setor Tradicional
T O T A L	515	.699
Nativo	.511	.647
Migrante	.508	.724
A. Migrante que chegou em		
1970 — 72	.522	.891
1965 — 69	500	.785
1960 — 64	.562	.773
Antes de 1960	.506	.633
B. Migrante de origem		
MG < 100 Km	.470	.646
MG > 100 Km	.551	.750
Outros Estados	.502	.823

Os migrantes de origens mais distantes exibem maiores proporções de primeiro emprego, bem como de permanência no setor tradicional. Isto também pode representar um reflexo das diferenças de idade anteriormente mencionadas e de uma aproximação mais íntima dos migrantes das vizinhanças com população nativa.

A esta altura, nossa análise é, ainda, um tanto preliminar. Podemos concluir, a título de especulação, que o setor tradicional realmente existe na economia da área metropolitana e desempenhou seu papel na absorção da força de trabalho imigrante. Contudo, não constituiu, de maneira exclusiva, o processo de absorção da migração, visto que a população nativa também participou desse processo. Os dados sugerem que os empregos de baixa renda do setor moderno desempenharam papel mais importante na absorção dos nativos do que na dos imigrantes. Não fomos ainda capazes de operar um exame sistemático do papel da estrutura etária das diferenças migrante-nativo nas distribuições setoriais e por renda, malgrado sua nítida importância até mesmo nos achados preliminares.

TABELA 3.4

COMPARAÇÃO DAS PORCENTAGENS DOS
MIGRANTES POR IDADE, POR DEFINIÇÃO DE MIGRANTE,
POR SEXO

Idades	Homens		Mulheres	
	Município	Área	Município	Área
14 — 19	41,8	34,9	44,0	37,3
20 — 34	61,8	51,4	63,0	55,7
35 — 49	81,3	69,6	74,4	66,4
50 — 64	84,3	71,1	78,7	68,5
14 — 64	64,7	54,4	63,1	55,6

FONTES: Censo e amostra.

TABELA 3.7

DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO ATIVA, POR SETOR,
SEXO E STATUS MIGRATÓRIO

	Total	Nativo	Migrante	% < 100 Km	% ≥ 100 Km		
População Empregada							
Homens							
Indústria Moderna	17,9	20,1	16,5	23,5	12,8		
Indústria Tradicional	6,6	6,3	6,9	6,2	7,2		
Construção	11,7	9,3	13,2	12,9	13,3		
Comércio	22,0	21,8	22,2	14,6	26,2		
Serviços Modernos	2,5	2,3	2,6	2,1	2,8		
Serviços Tradicionais	8,8	7,9	9,4	7,8	10,3		
Serviços Infra-estrutura	27,2	27,9	26,8	30,2	24,9		
Primário	3,3	4,5	2,5	2,7	2,4		
n	3545	1386	2159	748	1411		
Mulheres							
Indústria Moderna	1,7	1,9	1,7	0,8	2,1		
Indústria Tradicional	4,3	5,8	3,2	5,7	2,1		
Construção	0,3	0,1	0,0	0,8	0,7		
Comércio	16,3	17,1	15,7	16,2	15,5		
Serviços Modernos	11,2	9,7	12,1	8,8	13,7		
Serviços Tradicionais	38,7	35,8	40,6	43,9	39,0		
Serviços Infra-estrutura	26,7	28,0	25,9	24,1	24,7		
Primário	0,2	0,3	0,2	0,3	0,1		
n	1855	743	1112	353	759		
Chefes							
	Total	Nativo	Migrante	Ano de Chegada			
				70-72	65-69	60-64	-59
Indústria Moderna	15,9	17,5	15,1	15,2	16,5	17,6	13,8
Indústria Tradicional	5,8	4,5	6,5	2,5	6,0	3,6	6,8
Construção	10,9	8,5	12,0	13,9	16,8	15,3	8,7
Comércio	20,0	18,7	20,8	23,1	19,0	20,4	20,1
Serviços Modernos	4,1	3,2	4,6	3,5	4,4	3,8	5,2
Serviços Tradicionais	11,7	11,6	11,8	10,4	12,3	10,9	12,2
Serviços Infra-estrutura	28,1	29,4	27,5	21,5	23,1	25,9	31,0
Primário	3,5	5,5	2,5	3,8	1,9	2,6	2,2
n	2857	941	1916	316	316	313	981

TABELA 3.8

PORCENTAGEM NO SETOR TRADICIONAL
— DEFINIÇÕES ALTERNATIVAS

	Total	Nativo	Migrante ∠ 100	Migrante ≥ 100	
Homem					
Salário	28,8	32,1	24,6	27,1	
Setor	45,8	43,4	37,8	52,2	
Classe	30,7	32,9	30,2	28,7	
Forma Pag.	38,0	38,5	—	37,5	
Mulheres					
Salário	67,5	70,4	70,0	63,6	
Setor	55,5	53,2	60,3	55,5	
Classe	56,8	53,4	61,9	57,9	
Forma Pag.	45,3	46,0	—	44,8	
			Ano de Chegada		
	Nativo	70-72	65-69	60-64	-1959
Chefes					
Salário	25,2	26,5	24,5	24,5	21,4
Setor	44,3	51,1	50,3	49,7	45,2
Classe	35,1	32,6	32,2	31,3	34,9

4 — MARGINALIDADE

Nas seções anteriores discutimos a existência de um setor tradicional urbano. Foi utilizada uma série de indicadores e chegou-se à conclusão de que, se ele tem servido para absorver ocupacionalmente os imigrantes, cumpre também a mesma função em relação aos nativos. Com isto queremos dizer que os setores não se diferenciam em função da absorção de um número maior ou menor de imigrantes em relação aos nativos. A pergunta que tentaremos responder nesta seção — se a evolução da economia da área metropolitana causou o aparecimento de um “grupo marginal” que não tenha sido absorvido pela economia urbana — exige a inclusão de alguns passos teóricos.

A literatura sociológica, em particular a latino-americana, é abundante em versões conceituais sobre a marginalidade urbana. Não nos preocuparemos com as controvérsias, procuraremos, tão somente, resumir dentro do possível alguns aspectos desta teoria que acreditamos pertinentes ao objetivo desta seção.

A marginalidade urbana seria determinada, por um lado, pela liberalização crescente da mão-de-obra agrícola (devido a estagnação, ou a mudanças de atividades, ou ainda mudanças tecnológicas) que emigra para os centros urbanos, gerando uma oferta ilimitada do fator trabalho não-qualificado; por outro lado, pelo padrão de acumulação urbano-industrial, que é excludente a nível dos fatores de produção — utiliza tecnologia intensiva de capital e, portanto, exclui mão-de-obra, favorece a um setor moderno e hegemônico que, devido a diferenciais de produtividade, desarticula os setores tradicionais, excluindo-os também. A resultante destes dois processos, segundo a teoria da marginalidade, seria um modo particular de inserção ocupacional de grandes segmentos da população urbana no sistema produtivo.

São vários os indicadores utilizados para caracterizar esse modo particular de inserção: apresentar baixo nível de produtividade e remuneração, intermitência do emprego, ser autônomo; em síntese, falta de participação na estrutura ocupacional da economia capitalista moderna. O conceito de “marginal” estaria contraposto ao de “operário”, que identifica o que participa,

dada uma taxa de exploração, da formação do excedente, através de suas ocupações estáveis e permanentes.

Os teóricos da marginalidade apresentam-na como parte da própria lógica do processo de acumulação capitalista, não existindo, portanto, nenhuma descontinuidade a nível do sistema social. O conceito, porém, na forma pela qual tem sido expresso correntemente, traduz, através de dicotomia operários-marginais, uma certa ambiguidade, que parece causada pela indefinição do padrão de interação entre os chamados setores marginais e o núcleo hegemônico. A relação do setor de serviços pessoais, convencionalmente considerado depósito dos marginais, com os outros setores poderia indicar alguma das possíveis interações. Alguns acham que este expressivo aumento do emprego no setor de serviços pessoais pode ser visto como uma forma de transferência do excedente da burguesia e dos grupos médios altos para setores da população que não chegam a se incorporar ao sistema como força regular de trabalho necessário para sua expansão (TAVARES, 1972). Outros acham que estes serviços, realizados à base da pura força de trabalho, com remuneração baixíssima, transferem para as atividades econômicas de corte capitalista, uma fração do seu valor, mais valia, em síntese (OLIVEIRA, 1972).

Poderiam ser propostas outras indagações referentes à teoria da marginalidade. Uma delas se refere à escolha de um setor hegemônico e de ocupações correspondentes. O problema não se situa na existência desse setor, da qual ninguém poderia duvidar, e muito menos na existência de ocupações correspondentes. O problema é que, praticamente, tem-se construído um tipo ideal deste setor no sentido weberiano, e tem-se contraposto a ele um outro tipo ideal, geralmente denominado "setor tradicional". Como vimos na seção anterior deste trabalho, esses tipos ideais são bastantes precários como instrumental analítico, já que uma grande parte da realidade não se enquadra em nenhum dos dois. Como consequência disso, surgem apressadas distinções, talvez pela dificuldade de operacionalização dos tipos ideais, como por exemplo, as que separam o setor moderno do tradicional, ou seja, incluindo-se no primeiro o setor industrial e, no segundo, o setor terciário. Estas visões dualísticas indicam uma ruptura a nível do sistema social que a realidade não comprova, assim como apresentam um caráter estático, ou seja, não revelam a interação setorial na dinâmica do processo de acumulação. A tese do terciário inchado, que

tem acompanhado muitas das reflexões sobre a marginalidade, é uma consequência dessa visão estática e dualística: “o incremento do terciário na forma em que se dá, absorvendo crescentemente força de trabalho, tanto em termos absolutos como relativos, faz parte do modo de acumulação urbano adequado à expansão do sistema capitalista no Brasil; não se está em presença de nenhuma “inchação”, nem de nenhum segmento marginal da economia”. (OLIVEIRA, 1972).

Fica difícil, a partir dessa tipologia, operacionalizar a definição de marginalidade sem cair em tautologias como — marginais são aqueles empregados nos setores marginais. Os indicadores utilizados, como baixa produtividade, baixo nível de qualificação, ser autônomo, etc., são característicos não só do setor terciário como também do setor industrial, mesmo nos seus ramos modernos.

A literatura econômica sobre a marginalidade atém-se principalmente ao conceito de subemprego ou desemprego disfarçado, o qual é medido em termos de produtividade do trabalho. Segundo SINGER (1971) “tudo leva a crer que a única maneira de efetivamente se medir o desemprego disfarçado é quando ele desaparece: se se constata que num dado período o produto físico por unidade de trabalho (hora-homem, por exemplo) aumenta sem que tenha havido mudanças tecnológicas, pode-se concluir que determinada parcela do trabalho, no início do período, era redundante”

Esta dificuldade de medir o subemprego tem levado muitas pessoas a prender o conceito operacionalmente à remuneração da força de trabalho, no pressuposto de que os salários refletiriam a produtividade. Outros, fundindo os conceitos de subemprego e de marginalidade, têm considerado a esta como uma “situação de subemprego tal que a ocupação de um indivíduo na força de trabalho lhe propicia uma taxa de salário e, em consequência, um nível de consumo que são significativamente inferiores ao padrão mínimo de vida aceitos pela sociedade brasileira moderna” (BACHA). Para ele este padrão seria dado pelo salário mínimo.

Antes de iniciarmos uma discussão sobre o conceito, faremos referências a alguns dados que poderão servir de subsídios a nossa reflexão. Primeiramente, tomemos o salário médio, por setor econômico, na Região Metropolitana de Belo Horizonte (Tabela 4.1).

TABELA 4.1

	Indústria	Construção	Comércio e Finanças	Serviços Pessoais e Reparação	Serviços de Infra-Estrutura	Primário
Masculino						
Salário Médio	724,0	688,0	1.122,0	441,0	870,0	618,0
Desvio	1.151,0	1.089,0	1.739,0	591,0	1.186,0	1.395,0
Coefficiente de variação	1,59	1,58	1,55	1,34	1,36	2,26
Salário mediano	440,0	369,0	495,0	324,0	502,0	219,0
% ≤ 1 salário mínimo	24,9	35,6	28,2	43,3	19,5	64,7
Feminino						
Salário Médio	362,0	—	390,0	153,0	460,0	—
Desvio	449,0	—	435,0	192,0	555,0	—
Coefficiente de variação	1,24	—	1,12	1,25	1,21	—
Salário mediano	235,0	—	280,0	94,0	343,0	—
% ≤ 1 salário mínimo	62,5	—	48,4	91,0	38,2	—
Total:						
Salário Médio	683,0	688,0	916,0	240,0	726,0	618,0
Desvio	1.099,0	1.089,0	1.528,0	386,0	1.033,0	1.395,0
Coefficiente de variação	1,61	1,58	1,67	1,61	1,42	2,26
Salário mediano	416,0	369,0	444,0	119,0	439,0	219,0
% ≤ 1 salário mínimo	29,2	35,2	33,9	76,5	25,9	64,7

Os dados revelam uma significativa diferença nos salários médios entre os setores, os quais variam de 916,00 (comércio e financeiro) a 240,00 (serviços pessoais). Se tomarmos indicadores de produtividade setorial (SINGER, 1971) para o Brasil, já que não dispomos dos mesmos para R. M. B. H., observaremos que os salários médios não refletem totalmente o diferencial de produtividade. Esta conclusão, que não constitui novidade, merece discussão mais ampla que o escopo deste trabalho possa permitir. De qualquer maneira, fica evidenciada a impossibilidade da divisão, dado o pressuposto de que os salários refletiriam a produtividade entre a indústria, com maior produtividade, e os serviços, com menor produtividade. Outras considerações poderiam ser feitas:

- i. O salário médio, quando tomado isoladamente, reflete muito pouco o nível de remuneração do setor. A dispersão, que pode ser observada pelos desvios e pelos coeficientes de variação, é extremamente alta e, quanto maior o salário médio, maior a dispersão, a exceção do setor primário que é muito pouco significativo na RMBH. Os salários medianos permitem não só reafirmar a assimetria positiva da distribuição salarial, como também refletem melhor o nível de remuneração. Todos os setores revelam que cinquenta por cento da população empregada recebem menos de dois salários mínimos. O setor de serviços pessoais mostra uma realidade mais dramática, uma vez que cinquenta por cento da sua população empregada ganha menos da metade do salário mínimo.
- ii. A diferença entre o salário médio e o mediano reflete uma disparidade salarial que, supomos, só poderia ser entendida através de diferenças extremamente grandes entre as ocupações intra-setoriais. O salário médio de um burocrata, considerando todos os setores globalmente, é de 2.051,00 e o mediano de 1.219,00, sendo que o manual não especializado tem um salário médio de 216,00 e o mediano de 164,00 (estes dados são da Pesquisa CEDEPLAR-PLAMBEL). A explicação dessas diferenças, que sem dúvida extrapolam as diferenças de produtividade, merece algumas considerações adicionais sobre a estrutura do mercado de trabalho urbano, o que deixaremos para mais adiante.
- iii. As mulheres empregadas pressionam para baixo os salários médios e medianos por setor. A partir disso, não pode-

mos concluir que o sexo seja um determinante do salário, mas sim que as ocupações absorvedoras da mão-de-obra feminina têm um baixo nível de remuneração. Um exemplo significativo é o caso do setor de serviços pessoais, aonde aparece uma grande concentração de mulheres, especialmente nos empregos domésticos.

- iv. Se considerarmos a população empregada com salários iguais ou inferiores ao salário mínimo, temos que os serviços pessoais apresentam a maior proporção, 76,5%, e os serviços de infra-estrutura apresentam a menor, 25,9%.

Voltemos agora ao conceito de subemprego, na forma em que ele tem sido operacionalizado, para fins de mensuração. Segundo a definição de Bacha, o subemprego estaria diluído entre os diversos setores, com maior incidência do setor de serviços pessoais e menor, no de infra-estrutura. Então, já que por sua definição a marginalidade é função do subemprego, o grupo de "marginais" estaria distribuído entre todos os setores, sendo que cada setor contribuiria pelo menos com 26,0% de seus empregados.

Um problema é definir este "grupo de marginais" em função dos salários, apesar de que eleger o salário mínimo como limite inferior para os "padrões mínimos de vida aceitos pela sociedade brasileira moderna" seja extremamente generoso. Constitui um outro problema associar baixos níveis salariais com a produtividade do trabalho, o que, então, equivaleria a considerar que esse grupo de "marginais" estaria mal alocado, do ponto de vista da economia. Qual seria, então, a alocação ótima? Que outras opções ocupacionais o sistema abriria? As respostas a estas perguntas não podem se restringir a proporções fixas de fatores ou à produtividade marginal do fator superabundante. No momento, do ponto de vista das características do processo de acumulação no Brasil, não só não são marginais como também não estão mal alocados, já que sua remuneração e seu status ocupacional não independem destas características. A resposta definitiva teria de ser histórica, ou seja, se o processo de acumulação capitalista viria a propiciar uma redefinição da distribuição funcional da renda.

Dadas as informações de que dispomos e independentemente de qualquer controvérsia conceitual, parece claro que

uma parcela significativa da população da R.M.B.H., talvez 50%, vive em situação de extrema pobreza.

Para explicar esta situação, tomaremos, como referência, a distribuição da renda individual. Talvez este seja um bom indicador do sistema de desigualdade social, no qual a pobreza se insere.

5 — DISTRIBUIÇÃO DA RENDA

Observemos o quadro abaixo que mostra a distribuição da renda individual, ordenada do grupo mais pobre ao mais rico.

DISTRIBUIÇÃO DA RENDA INDIVIDUAL
(R.M.B.H. — 1972)

	% da População	% da Renda	Renda Média
Grupo I	50%	14%	177,0
Grupo II	25%	17%	452,0
Grupo III	20%	33%	1.029,0
Grupo IV	5%	36%	4.449,0

FONTE: Pesquisa CEDEPLAR-PLAMBEL

- 5.1. Existe uma extrema concentração da renda. A metade da população empregada tem uma renda média que não chega a $\frac{2}{3}$ do salário mínimo da época e tem, como renda máxima, o salário mediano que é de 337,00. Os 5% mais ricos, além de deterem 36% da renda total, têm uma renda média 25 vezes maior que os 50% mais pobres.
- 5.2. Um outro indicador da concentração de renda são os acréscimos relativos nas rendas médias. A passagem do grupo I para o grupo II implica um aumento de 2,6 vezes

a renda média; do grupo II para o III um aumento de 2,3 vezes e do grupo III para o IV um aumento de 4,3 vezes.

- 5.3. Se tomássemos a renda média global como indicador, ou seja, 631,00, e se considerássemos como típica, estaríamos distorcendo a realidade, já que a forte assimetria faz com que aproximadamente 80% da população tenha uma renda inferior à média.

Para que saibamos quem são os 50% mais pobres da população, tomemos como indicador a sua distribuição setorial.

DISTRIBUIÇÃO SETORIAL DOS 50% MAIS POBRES (%)

Setores	% em Relação ao Total	% em Relação a Cada Setor
Indústria	14,0	38,8
Construção	7,0	45,1
Comércio	17,0	41,4
Serviços Pessoais e Reparação	40,0	80,3
Serviços de Infra-estrutura	19,0	35,5
Primário	3,0	69,2
Total	100,0	50,0

FONTE: Pesquisa CEDEPLAR-PLAMBEL

- 5.4. A heterogeneidade do grupo, em termos setoriais, é evidente, apesar da concentração relativa no setor de Serviços Pessoais e de Reparação. Este setor contribui com 40,0% do grupo, sendo estes equivalentes a 80,3% do total de pessoas nele empregadas.

Tomemos um outro indicador, o nível educacional.

Setores	% em Relação ao Total	% em Relação a Cada Grupo Educacional
Analfabeto	11,0	73,9
Primário Incompleto	32,0	62,5
Primário Completo	31,0	53,5
Ginásio Incompleto	13,0	49,0
Ginásio Completo e Colegial	12,0	30,9
Universidade	1,0	11,3
Total	100,0	50,0

FONTE: Pesquisa CEDEPLAR-PLAMBEL

5.5. Como podemos observar, anos adicionais de educação não são suficientes para retirar os indivíduos da pobreza. Mais ainda, se existe relação entre educação e produtividade, o aumento desta não se traduz, necessariamente, em ganhos salariais.

Não seria necessário insistir mais na existência de uma extrema desigualdade social e nas características heterogêneas do grupo mais pobre. Tentaremos agora levantar algumas hipóteses explicativas da desigualdade social e, em particular, da existência de 50% da população com um padrão de vida extremamente precário. Nota-se que, também, estamos sendo extremamente generosos em considerar uma renda de 337,00 como limite superior da pobreza.

6 — AS CAUSAS DA DESIGUALDADE SOCIAL; ALGUMAS HIPÓTESES.

6.1. Educação e desigualdade social

As causas da desigualdade social, evidenciadas através da distribuição de renda, têm sido vistas sob diferentes aspectos. Começemos pelas que ressaltam o papel da educação.

Tomemos a tabela 6.1 que nos fornece o salário médio e mediano por nível educacional. Dela podemos concluir que:

TABELA 6.1
SALARIO MÉDIO POR NÍVEL EDUCACIONAL

	\bar{X}	S	Coeficiente de Variação	M_d
1) Analfabeto	259,72	241,47	0,93	182,0
2) Primário incompleto	351,35	453,07	1,29	246,0
3) Primário completo	447,89	537,89	1,20	305,0
4) Ginásio incompleto	553,84	711,58	1,28	306,0
5) Ginásio completo + + Colegial	971,92	1.496,81	1,54	485,0
6) Universitário	2.180,62	2.390,03	1,09	1.253,0

6.1.1. Realmente o salário médio é maior, quanto maior for o nível educacional. Porém, esta relação não é linear. Os acréscimos não são constantes. A passagem de analfabeto para primário incompleto implica um aumento de 1,35 vezes o salário médio; a de primário incompleto para completo, 1,27; a de primário completo para ginásio incompleto, 1,23; de ginásio incompleto para ginásio completo e colegial, 1,75; e de ginásio completo e colegial para universitário, 2,24. O que parece extremamente importante é que os efeitos de educação sobre o salário médio não são muito grandes, no que se refere aos níveis inferiores de educação. A partir do grupo de nível ginásial e, principalmente, o de nível universitário, é que a educação exerce grande influência no nível salarial. Poderíamos considerar, por hipótese, que o efeito redistribuidor da educação é relativo. Nos primeiros níveis educacionais os salários crescem, mas a uma velocidade bastante inferior à dos níveis mais altos. Isto significa que a educação, principalmente a universitária, causa um efeito concentrador, ao invés de redistribuidor.

- 6.1.2. Um outro aspecto importante é que os desvios em relação ao salário médio são extremamente grandes, o que significa que a educação explica, apenas parcialmente, a variação nos salários médios.
- 6.1.3. Se tomarmos como referência o salário mediano, verificamos que sua sensibilidade a variações no nível educacional é bem menor que a do salário médio. A exceção se dá no caso da grande variação do salário mediano para o indivíduo universitário. Isto reafirma as hipóteses anteriores, ou seja, o efeito concentrador da educação universitária e que a educação explica, apenas parcialmente, as variações salariais.

Outras variáveis como sexo e idade, têm sido consideradas. A primeira, já vimos, apresenta um efeito depressivo sobre os salários médios. A segunda é considerada como indicador de treinamento no emprego ou experiência. Analisemos o quadro a seguir.

SALÁRIO MÉDIO POR SEXO E IDADE

Idade		Sexo				
		14 — 19	20 — 34	35 — 49	50 — 64	65 +
Masculino	$\bar{X} =$	217,00	700,00	1.114,00	944,00	718,00
	S =	141,00	1.025,00	1.647,00	1.389,00	1.227,00
	CV =	0,65	1,46	1,48	1,47	1,71
Feminino	$\bar{X} =$	133,00	295,00	397,00	259,00	249,00
	S =	85,00	330,00	618,00	378,00	293,00
	CV =	0,64	1,12	1,56	1,46	1,17

FONTE: Pesquisa CEDEPLAR-PLAMBEL

Verifica-se que, tanto para os homens quanto para as mulheres, os salários médios, quando especificados pela idade, tendem a uma distribuição aproximadamente normal. O coeficiente de variação relativa, porém, não autoriza a realçar o papel da idade como determinante dos salários.

6.2. — Ocupação, educação e desigualdade social

Consideremos agora os salários, segundo a ocupação e a educação:

SALÁRIO MÉDIO E MEDIANO POR OCUPAÇÃO E EDUCAÇÃO

Setores	Burocracia	Manual Especializado	Manual não Especializado
Analfabeto	—	$\bar{x} = 407,0$ $s = 261,0$ $M_d = 365,0$	$\bar{x} = 177,0$ $s = 125,0$ $M_d = 122,0$
Primário Incompleto	$\bar{x} = 570,0$ $s = 263,0$ $M_d = 483,0$	$\bar{x} = 440,0$ $s = 454,0$ $M_d = 366,0$	$\bar{x} = 217,0$ $s = 195,0$ $M_d = 163,0$
Primário Completo	$\bar{x} = 1.048,0$ $s = 979,0$ $M_d = 695,0$	$\bar{x} = 497,0$ $s = 526,0$ $M_d = 409,0$	$\bar{x} = 218,0$ $s = 152,0$ $M_d = 171,0$
Ginásio Incompleto	$\bar{x} = 1.378,0$ $s = 962,0$ $M_d = 1.005,0$	$\bar{x} = 581,0$ $s = 791,0$ $M_d = 424,0$	$\bar{x} = 217,0$ $s = 148,0$ $M_d = 181,0$
Ginásio Completo e Colegial	$\bar{x} = 2.065,0$ $s = 2.366,0$ $M_d = 1.149,0$	$\bar{x} = 675,0$ $s = 656,0$ $M_d = 494,0$	$\bar{x} = 332,0$ $s = 220,0$ $M_d = 252,0$
Universidade	$\bar{x} = 3.328,0$ $s = 2.403,0$ $M_d = 2.881,65$	—	—

FONTE: Pesquisa CEDEPLAR-PLAMBEL

6.2.1. — Temos que, para o mesmo nível educacional, os salários médios e medianos variam segundo o status ocupacional. Isto sugere que a explicação da distribuição de renda deva estar, também, contida numa análise da alocação do fator trabalho, a nível da estrutura do mercado de trabalho. Como

as leis que regem este mercado são determinadas a nível do processo de acumulação, é simplesmente difícil entender as desigualdades sociais, sem nos referirmos a ele.

6.2.2. — Tomemos um outro exemplo (Tabela 6.2). Temos o salário médio e mediano por nível educacional, especificado segundo as categorias empregado e empregador e segundo o tamanho da firma. Os que se auto-remuneram, sem pagar salários a terceiros, nós os chamamos de autônomos. O servidor público e a empregada doméstica foram considerados separadamente. A estas categorias atribuímos a denominação de “posição no mercado” Analisemos os dados:

6.2.2.1. Os salários médios, tanto do empregado quanto do empregador⁽¹⁾, variam segundo o tamanho da firma, ou seja, os empregados e empregadores em firma com mais que 5 empregados têm salário maior que os empregados e empregadores, respectivamente, em firmas com menos de 5 empregados. Os autônomos têm salário médio maior que os empregados em firma com menos de 5 empregados (e menos que os empregados em firma com mais de 5 empregados), assim como os servidores públicos. A empregada doméstica é a categoria de menor salário médio.

6.2.2.2. Analisemos cada categoria separadamente. Consideremos, em primeiro lugar, os empregados. Com o mesmo nível educacional, o salário médio do empregado em firma maior é sempre superior ao do de firma menor. As variações, para ambos, segundo o nível educacional, não são grandes e só passam a ser, a partir do ginásio e colegial completo. Vale a pena mencionar que os desvios são grandes e aumentam quando aumentam os salários, o que significa que outras variáveis, além das mencionadas, interferem na determinação do salário. As diferenças entre os salários médios e medianos indicam a mesma coisa.

(1) Para fins de simplificação, a retirada mensal declarada dos empregadores foi considerada como sendo correspondente ao seu “salário”.

TABELA 6.2

SALARIO MÉDIO POR CATEGORIA E EDUCAÇÃO

Educação	Empre- gado em Firma ≥ 5	Empre- gado em Firma ≤ 5	Empre- gador em Firma ≥ 5	Empre- gador em Firma ≤ 5	Autô- nomo	Servidor Público	Emprego Domés- tico
Analfabetos	\bar{X} =	387,19	220,86	—	499,28	322,63	105,03
	S =	239,69	143,77	—	555,90	181,75	38,08
	M_d =	351,0	187,0	—	255,0	256,0	78,0
Primário incompleto	\bar{X} =	389,27	243,71	1.332,13	1.055,48	446,49	106,14
	S =	239,78	139,08	916,48	1.525,95	273,77	39,23
	M_d =	343,0	210,0	1.072,0	586,0	391,0	79,0
Primário completo	\bar{X} =	476,80	273,25	1.631,77	1.004,62	470,74	101,53
	S =	429,82	184,30	1.205,98	800,72	348,60	33,96
	M_d =	380,0	219,0	1.341,	743,0	397,0	75,0
Ginásio incompleto	\bar{X} =	551,58	280,62	1.763,12	1.179,70	618,96	101,74
	S =	594,10	223,54	1.133,19	1.090,56	545,85	34,22
	M_d =	348,0	212,0	1.474,0	804,0	479,0	75,0
Ginásio completo + Colegial	\bar{X} =	1.058,69	438,97	3.635,35	1.736,92	977,03	210,86
	S =	1.585,77	505,66	3.620,52	1.301,54	945,18	163,67
	M_d =	549,0	276,0	1.474,0	1.379,0	658,0	162,0
Universidade	\bar{X} =	2.407,85	1.379,25	3.560,55	2.578,79	2.268,77	—
	S =	2.584,71	2.715,43	2.567,89	2.304,47	2.525,68	—
	M_d =	1.327,0	469,0	3.837,0	1.930,0	1.455,0	999,0
Total	\bar{X} =	726,64	305,61	2.712,63	1.264,87	493,75	106,24
	S =	1.188,95	497,88	2.747,39	1.328,95	890,28	46,20

- 6.2.2.3. Com relação aos empregadores ocorre, também, que, dado o mesmo nível educacional, o salário médio do empregador em firmas maiores é sempre superior ao de firmas menores. A sensibilidade da variação nos níveis educacionais é maior a partir do ginásio completo e colegial, à exceção do salário médio do empregador em firmas maiores, que permanece praticamente o mesmo, a partir do ginásio e colegial completo, chegando até a declinar um pouco.
- 6.2.2.4. Os autônomos, como as outras categorias analisadas anteriormente, apresentam comportamento salarial relativamente semelhante ao dos empregados em firmas maiores, ainda que seus salários, por nível educacional, sejam sempre inferiores.
- 6.2.2.5. O salário médio do servidor público parece insensível a variações no nível educacional, exceção aos de nível universitário que ganham um acréscimo salarial extremamente grande.
- 6.2.2.6. As empregadas domésticas também têm seus salários insensíveis a variações no nível educacional, a exceção das que têm ginásio completo e colegial.

6.3 — Hipóteses de Determinação de Salários

O que fica evidente, nesta análise, é que o status ocupacional e a posição no mercado são importantes na determinação do salário. A educação (assim como idade e sexo) também é importante, porém não como variável independente e sim, talvez, como variável interveniente.

Seria interessante, então, analisarmos como se determinam os salários a nível da estrutura do mercado de trabalho, ainda que sob a forma de hipóteses. Em primeiro lugar é impossível considerar homogêneo o mercado de trabalho. Ele é estratificado e o que determina os salários se especifica, segundo cada nível. A princípio poderíamos supor três níveis.

O primeiro nível se estrutura com a finalidade de alocar principalmente a mão-de-obra semi e não qualificada, cuja oferta tende a ser ilimitada. A demanda desta mão-de-obra

se distribui entre os diversos setores, apesar de apresentar uma concentração relativa no setor de serviços pessoais e de reparação. Ao que parece, os próprios setores considerados "modernos" não dispensam este tipo de mão-de-obra.

A expansão desta oferta, contraposta a uma expansão mais lenta e seletiva da demanda, faz deprimir os salários. Isto explicaria quase nada se não considerássemos dois outros fatores determinantes. O primeiro é a política salarial que tem exercido o papel de frear o crescimento dos salários reais e manter, ou aumentar, a diferença entre a taxa de salário e o produto gerado por homem ocupado (isto não implica que os salários reais não possam crescer, as diferenças é que devem ser mantidas ou ampliadas). O salário mínimo, neste nível do mercado, pode evitar o aparecimento de uma escassez específica que tenderia a elevar os salários de alguma categoria, para além dos limites sistêmicos impostos pela relação entre a taxa de salário e o produto gerado por homem ocupado.

O segundo fator é o fato de que esta parcela significativa da população, talvez os 50% mais pobres de que falamos anteriormente, está quase que totalmente privada de seu poder de barganha salarial nos sindicatos, devido ao contexto político vigente. Alguns analistas colocariam neste nível o que se tem convencionalmente chamado de setor tradicional urbano.

O segundo nível da estrutura do mercado de trabalho seria aquele que se estrutura, com o propósito de alocar a mão-de-obra, cuja oferta tende a ser relativamente limitada. Os salários provavelmente tenderão a se manter abaixo do nível de produtividade, porém com uma defasagem significativamente inferior ao do primeiro nível. O nível de qualificação tem provavelmente, neste nível, maior peso que nos outros na determinação dos salários.

O terceiro nível será o dos burocratas, entendidos como administradores, executivos (estrato gerencial) e proprietários. Neste nível (Bacha e outro, 1973), os salários independeriam das condições da oferta e procura e se comportariam em função do lucro da empresa. Eles cresceriam a um nível relativamente superior à produtividade.

Nossos dados evidenciam a existência desta estrutura do mercado na R.M.B.H. É uma estratificação que se mostra, é

importante insistir, pelas diferenças no poder de barganha relativo, as quais se devem a razões institucionais e estruturais mencionadas. O primeiro grupo, no qual estaria incluído o “setor tradicional urbano” ou “marginal”, não tem poder de barganha. O segundo grupo tem um poder maior, porém, insuficiente para fazer com que os salários reais acompanhem a produtividade. E o terceiro, usufruindo de suas condições monopolísticas, tem um poder de barganha extremamente superior aos outros, o qual manifesta, em termos reais, um crescimento salarial bem acima da produtividade.

Finalmente, achamos importante frisar que o uso exclusivo das variáveis contidas na Teoria do Capital Humano é insuficiente para explicar as desigualdades sociais expressas na distribuição da renda. As considerações sobre os fatores institucionais e estruturais são imprescindíveis para entendê-las.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Wanderley, e Maria da Conceição Silva, **Dinâmica do setor serviços no Brasil**. Rio de Janeiro: Instituto de Planejamento Econômico e Social, 1973.
- BAER, Werner, and Michel E.A. Hervé, "Employment and Industrialization in Developing Countries". **Quarterly Journal of Economics**, 1966, 80: 88-107.
- BAIROCH, Paul. **Urban Unemployment in Developing Countries**, Geneva: International Labour Office, 1973.
- BALAN, Jorge, "Migrant Native Socio-Economic Differences in Latin American Cities". **Latin American Research Review**, 4: 3-29; 1969.
- BALAN, Jorge, Harley L. Browning and Elisabeth Jelin. **Man in a Developing Society**. Austin: University of Texas Press, 1973.
- BACHA, Edmar L.; da Mata, Milton; e Rui L. Modenesi, **Encargos Trabalhistas e absorção de mão-de-obra**. Rio de Janeiro: Instituto de Planejamento Econômico e Social, 1972.
- BACHA, Edmar e Milton da Mata. **Emprego e Salário na Indústria de Transformação**, Pesquisa e Planejamento: 1973.
- BACHA, Edmar L. "O Subemprego, o Custo Social da Mão-de-obra e a Estratégia Brasileira de Crescimento", **Revista Brasileira de Economia**: jan./março, 1972.
- BAUER, P.T., and Yamey, Y.S., "Economic Progress and Occupational Distribution", **The Economic Journal**. 61: 741-755, 1951.
- BHALLA, A.S., "The Role of Services in Employment Expansion"; **International Labour Review**, 101: 519-539, 1970.
- BROWNING, Harley, "Migrant Selectivity and the Growth of Large Cities in Developing Societies", pp. 273-314 in National Academy of Sciences, **Rapid Population Growth**. Baltimore: Johns Hopkins Press.
- CAVALCANTI, Clóvis, "Some Reflections for a Study on Labor Under Utilization", mimeo. Recife: Instituto Joaquim Nabuco, 1973.
- DA SILVA, Luis A.M., **Mercados Metropolitanos de Trabalho e Marginalidade**, Tese de Mestrado não publicada. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1971.

- DA MATA, Milton, Carvalho, Eduardo W., e Maria Theresa Silva; **Migrações Internas no Brasil**. Rio de Janeiro: Instituto de Planejamento Econômico e Social, 1973.
- ECKAUS, R., "The Factor Proportion Problem in Underdeveloped Areas", **American Economic Review**, 45: 539, 1955.
- ECLA, "Creation of Employment Opportunities in Relation to Labor Supply", pp. 118-147, 1961, in **Hauses, Urbanization in Latin America**, Paris. UNESCO.
- ELIZAGA, Juan C. **Migraciones a las áreas metropolitanas de América Latina**, Santiago: CELADE, 1970.
- FUCHS, Victor, **The Service Economy**. New York: National Bureau of Economic Research, 1968.
- FURTADO, Celso, **Análise do Modelo Brasileiro**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.
- HARBERGER, A.C., "On Measuring the Social Opportunity Cost of Labor", **International Labor Review**. 103: 559-579, 1971.
- HERRICK, Bruce, **Urban Migration and Economic Development in Chile**. Cambridge: MIT Press, 1965.
- HERRICK, Bruce, "Urbanization and Urban Migration in Latin America: An Economist's View", pp. 71-81 in Rabinovitz and Trueblood, **Latin American Urban Research**, Volume 1, Beverly Hills: Sage Publications, 1971.
- HOFFMAN, Helga, **Desemprego e Subemprego no Brasil**, tese de Doutorado não publicada, Brasília: Universidade de Brasília, 1972.
- LANGONI, Carlos Geraldo, **Distribuição da renda e desenvolvimento Econômico do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Expressão e Cultura, 1973.
- KATOUZIAN, M.A., **The Development of the Service Sector: A New Approach**. Oxford Economic Papers. 22: 362-382, 1970.
- MAZUMDAR, Dypak, **The Theory of Urban Unemployment in Less Developed Countries**, mimeo. Washington: IBRD, 1973.
- MORSE, Richard, "Trends and Issues", **Latin American Urban Research Review**, 6: 19-75, 1971.
- OECD, **Manpower Problems in the Service Sector**. Paris: OECD, 1967.
- OLIVEIRA, Francisco. "A Economia Brasileira, Crítica à Razão Analista", **Estudos CEBRAP**, 2:
- RAMOS, José R., **Labor and Development in Latin America**. New York: Columbia University Press, 1970.

- RANIS, Gustav, Industrial Sector Labor Absorption. Economic Development and Cultural Change. 21: 387-408, 1973.**
- REYNOLDS, Lloyd G., Economic Development with Surplus Labor: Some Applications. Oxford Economic Papers. 21: 89-103.**
- SINGER, Paulo, Força de Trabalho e Emprego no Brasil. São Paulo: CEBRAP, 1971.**
- TAVARES, Maria da Conceição, Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972.**
- TAVARES, Maria da Conceição, Características da distribuição de renda no Brasil (mimeografado), ago/set, 1969.**
- TODARO, Michael, "A Model of Labor Migration and Urban Unemployment in Less Developed Countries", American Economic Review. 59: 138-149.**
- TURNHAM, David. The Employment Problem in Less Developed Countries. Paris: OECD Development Center, 1971.**